

ACORDO DE COOPERAÇÃO SEMAS nº. 008/2022

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE DO PARÁ – SEMAS E O INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL THE NATURE CONSERVANCY DO BRASIL – TNC.

A SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE, pessoa jurídica de direito público interno, doravante denominada **SEMAS**, com sede na Travessa Lomas Valentinas, nº. 2.717, Bairro do Marco, Belém/PA, neste ato representada por seu Secretário de Estado, **JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 1360811, emitida pela PC/PA, e do CPF nº. 296.202.102–63, residente e domiciliado na cidade de Belém–PA;

e

INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL THE NATURE CONSERVANCY DO BRASIL, CNPJ nº 00.104.175/0001-49, doravante denominada **TNC**, com escritório localizado na SCN Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco B, Sala 1201, CEP 70714-900, Brasília/DF, neste ato representada por seu Diretor de Conservação, **RODRIGO SPURI**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº. 43897583, emitida pelo SSP/SP, e do CPF nº. 322.301.638-41, e endereço comercial na cidade de São Paulo–SP;

ambas aqui reconhecidas como **PARTES**, as quais sujeitam-se, neste Instrumento, aos princípios de Direito Público e a todo arcabouço jurídico aplicável, especialmente à [Lei Federal nº. 8.666/1993](#) e da [Portaria SEMAS nº. 784/2020](#), que padroniza o procedimento de atendimento para propostas de Acordo de Cooperação, no âmbito da SEMAS, **resolvem**, de interesse comum, firmar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO** sob as Cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Este **ACORDO** tem por objeto regular a relação de mútua cooperação técnica entre **SEMAS** e **TNC**, visando (i) o desenvolvimento da **PLATAFORMA TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS (Plataforma TS)**, portal eletrônico <https://plataformats.org/>, para apoiar a execução do disposto no Decreto nº 344 de 10 de outubro de 2019 que regula a Política de atuação integrada de Territórios Sustentáveis, bem como (ii) a obtenção e integração de

dados ambientais, fundiários, de uso do solo e de produção para o desenvolvimento de ferramentas de inteligência territorial que ajudem a direcionar a atuação de órgãos públicos, empresas privadas e organizações do terceiro setor.

1.1.1. A Plataforma TS é um dos instrumentos do Plano Estadual Amazônia Agora, especificamente do eixo “Desenvolvimento Territorial de Baixo Carbono”, que objetiva ser um espaço de conexão e integração entre atores dos setores público, privado e sociedade civil para dar escala e efetividade às ações e iniciativas que promovem o desenvolvimento socioeconômico de baixo carbono e o fortalecimento das cadeias produtivas no Estado do Pará.

1.1.2. A Plataforma TS tem por objetivo (i) acelerar a oferta de regularização ambiental, fundiária e de acesso a crédito ao produtor, entre outras entregas de valor; (ii) fornecer incentivos que permitam recompensar os produtores que já estão em compliance com o Código Florestal Brasileiro; e (iii) ajudar a reconduzir os que não estão à conformidade.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS ANEXOS

2.1. Os objetivos, justificativas, eixos, metas, ações, descrições, produtos, resultados, responsáveis, prazos e outros elementos necessários à compreensão e ao alcance da Cláusula Primeira estabelecem-se no **PLANO DE TRABALHO** (Anexo I) que integra este instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de sua transcrição.

2.2. O **TERMO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS** (Anexo II) regula os cuidados necessários com os dados pessoais dos produtores ligados à Política de atuação integrada de Territórios Sustentáveis e/ou cadastrados na Plataforma TS através das iniciativas parceiras, que são protegidos pela Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”).

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES COMUNS DAS PARTES

3.1. Para o alcance do objeto deste **ACORDO**, as **PARTES** comprometem-se a:

3.1.1. Executar e acompanhar as ações, atividades e tarefas necessárias à consecução deste **ACORDO**, em consonância com a legislação vigente, com o Plano de Trabalho pactuado, com o Termo de Tratamento de Dados Pessoais e com os padrões e normas técnicas disponíveis e melhor aplicáveis no tempo presente das ações;

3.1.2. Cooperar para o aprimoramento dos processos de governança público-privada da Plataforma TS, que serão estabelecidos no regulamento a ser aprovado pelo Conselho de Administração da Plataforma TS;

3.1.3. Cooperar para o aprimoramento do portal eletrônico da Plataforma TS, inclusive no levantamento dos dados necessários para alimentá-lo.

3.1.4. Averiguar, através de dados geoespaciais, se os produtores aderentes da Política de atuação integrada de Territórios Sustentáveis estão cumprindo os compromissos assumidos no Termo de Adesão à Política de Territórios Sustentáveis, cujo conteúdo está descrito no Anexo I da Chamada Pública para Adesão à Política de atuação integrada de Territórios Sustentáveis, conforme Edital nº 01/2022 emitido pela **SEMAS** e publicado no Diário Oficial em 21 de março de 2022;

3.1.5. Informar, tão logo quanto possível, a ocorrência de qualquer fato extraordinário que possa comprometer o êxito das obrigações assumidas no presente **ACORDO**;

3.1.6. Responder, individualmente, por infrações que cometer às leis, bem como por indenizações, reclamações, danos ou prejuízos causados a terceiros, direta ou indiretamente, por culpa ou desídia, ou em consequência de erros, imperícias, imprudências ou negligências suas, de seus prepostos, funcionários, servidores ou colaboradores, ou em razão de responsabilidade objetiva própria, quando for o caso;

3.1.7. Disponibilizar equipe de funcionários e colaboradores em número suficiente para a execução das ações decorrentes deste **ACORDO**;

3.1.8. Responsabilizar-se pelas ações e/ou omissões praticadas por seus agentes e/ou colaboradores na execução do objeto deste **ACORDO**, obrigando-se a reparar os danos porventura causados à outra **PARTE** ou a terceiros;

3.1.9. Não se responsabilizar por quaisquer compromissos assumidos pela outra **PARTE** diante de terceiros, ainda que estes se relacionem direta ou indiretamente à execução deste **ACORDO**, nem por danos eventualmente causados em decorrência de atos de prepostos ou indicados pela outra **PARTE**.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES INDIVIDUAIS

4.1. Compete à **SEMAS**:

4.1.1. Estabelecer um servidor do quadro da **SEMAS** que garanta a facilitação da execução das atividades previstas no Plano de Trabalho pactuado;

4.1.2. Responsabilizar-se, na posição de controladora dos dados, pelo tratamento dos dados pessoais dos produtores que aderirem à Política de atuação integrada de Territórios Sustentáveis e daqueles ligados às iniciativas que fazem parte da Plataforma TS, nos termos da legislação aplicável, em particular, a Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”), assim como outras normas eventualmente aplicáveis;

4.1.3. Após o período de dois anos a contar da Assembleia de Constituição do Conselho de Administração da Plataforma TS, período este em que a **TNC** atuará como Secretária Executiva da Plataforma TS na posição de Operadora dos dados, recepcionar a base de dados consolidada e armazená-la em servidor seguro;

4.1.4. Compartilhar as bases cartográficas utilizadas pela **SEMAS**, tais como hidrografia, uso e cobertura do solo, Unidades de Conservação e Terras Indígenas, entre outras, com a **TNC**, para inclusão dos referidos dados na Plataforma TS;

4.1.5. Facilitar o intercâmbio de informações de outros órgãos e agências do Governo do Estado com a Plataforma TS, tais como IDEFLORBIO e EMATER, entre outros;

4.1.6. Empregar esforços para garantir a integração da Plataforma TS com o SICAR/PA, com o sistema PRA e com a ferramenta AgroTag, além de auxiliar a **TNC** na criação de outras APIs com órgãos estatais;

4.1.7. Indicar outras iniciativas que promovam o desenvolvimento territorial de baixo carbono no Estado do Pará para integrar a Plataforma TS como parceiras ou provedoras;

4.1.8. Apoiar a **TNC** no relacionamento com as iniciativas que integram a Plataforma TS, visando conferir maior celeridade ao processo de intercâmbio de dados e preenchimento do formulário com indicadores;

4.1.9. Apoiar a **TNC** e os demais membros do Conselho de Administração da Plataforma TS na prospeção de novas fontes de financiamento, inclusive de recursos públicos, para a Plataforma TS;

4.1.10. Disponibilizar à **TNC**, ressalvadas restrições de sigilo e confidencialidade, informações relativas à oferta pública de aceleradores, com o objetivo de identificar lacunas e oportunidades de aprimoramento através de novos aceleradores a serem oferecidos pelo setor privado e terceiro setor;

4.1.11. Disponibilizar à **TNC**, ressalvadas restrições de sigilo e confidencialidade, dados relativos à dinâmica de uso e mudanças de uso da terra, inclusive informações sobre a sustentabilidade das principais cadeias de valor presentes nos Territórios Sustentáveis;

4.1.12. Realizar os melhores esforços no sentido de implementar os produtos e serviços estipulados no presente **ACORDO**;

4.1.13. Acompanhar sistematicamente o andamento das atividades desenvolvidas pela **TNC**, a fim de avaliar e propor ajustes e alterações nos produtos/serviços desenvolvidos em razão do presente **ACORDO**.

4.2. Compete à **TNC**:

- 4.2.1** Exercer o papel de Secretária Executiva da Plataforma TS por um período de dois anos, a contar da Assembleia de Constituição do Conselho de Administração da Plataforma, liderando o Comitê Operacional e exercendo as funções descritas no regulamento a ser aprovado pelo Conselho de Administração da Plataforma TS;
- 4.2.2** Liderar o processo de desenvolvimento tecnológico do portal eletrônico da Plataforma TS e das ferramentas de inteligência territorial que o integram, além do processo de conformação da base de dados que dará suporte à Plataforma TS pelo período de dois anos, conforme estipulado na Cláusula 4.2.1 acima;
- 4.2.3** Ao final do prazo de dois anos na função de Secretária Executiva, transferir a base de dados à **SEMAS**, no formato e meio de transferência por ela determinados;
- 4.2.4** Ao final do prazo de dois anos, transferir a responsabilidade pela administração e atualização do portal eletrônico da Plataforma TS à próxima instituição escolhida como Secretária Executiva;
- 4.2.5** Obedecer os ditames da Lei Federal nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”) quanto ao tratamento dos dados pessoais relacionados à Plataforma TS;
- 4.2.6** Gerir, durante o período de dois anos, a relação entre todas as instituições públicas e privadas vinculadas à Plataforma TS, garantindo o funcionamento eficiente do processo de aceleração, o qual visa priorizar, catalisar e escalar as condições habilitantes que permitirão avanços na atuação de iniciativas privadas e da sociedade civil para o atingimento das metas de desenvolvimento territorial;
- 4.2.7** Liderar o processo de institucionalização da Plataforma TS, assessorando a **SEMAS** na elaboração de instrumentos de governança público-privada e outros acordos necessários entre as organizações parceiras da Plataforma TS;
- 4.2.8** Colaborar com a **SEMAS** e demais membros do Conselho de Administração da Plataforma TS na prospeção de novas fontes de financiamento;
- 4.2.9** Apoiar a **SEMAS** na elaboração de decretos e marcos regulatórios que versem sobre a Plataforma TS;
- 4.2.10** Contribuir, de acordo com sua disponibilidade, com recursos técnicos e humanos para a execução de atividades previstas no Plano de Trabalho pactuado;
- 4.2.11** Realizar os melhores esforços no sentido de implementar os produtos/serviços estipulados por esse **ACORDO**;
- 4.2.12** Resguardar todas as informações repassadas pela **SEMAS**, sendo a utilização destas restrita à execução das atividades estabelecidas neste **ACORDO**.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS, MATERIAIS E HUMANOS

- 5.1.** O presente **ACORDO** **NÃO GERA** obrigações financeiras, materiais, trabalhistas/empregatícias ou fiscais de qualquer espécie, nem transferência de recursos

financeiros, materiais ou humanos entre as **PARTES**;

5.2. Eventuais despesas para a consecução do objeto deste **ACORDO** de Cooperação, tais como as relacionadas a pessoal, deslocamento, viagens, comunicação entre as **PARTES** e outras que se fizerem necessárias, serão assumidas pelas **PARTES** dentro de suas respectivas atribuições e cobertas pelas dotações específicas dos respectivos orçamentos previstos em projeto;

5.3. Profissionais atuantes em atividades necessárias ou decorrentes da execução deste **ACORDO** de Cooperação para uma **PARTE**, na condição de servidores, empregados, autônomos, empreiteiros ou quaisquer outros títulos, não terão vinculação ou direito de qualquer natureza em responsabilidade da outra **PARTE**, ficando a cargo exclusivo da **PARTE** que os contratou a integral responsabilidade no concernente a direitos, mormente os trabalhistas e previdenciários, inexistindo solidariedade entre as **PARTES**;

5.4. Os recursos humanos a serem utilizados na execução dos termos do presente **ACORDO** de Cooperação não sofrerão qualquer alteração na sua vinculação institucional ou empregatícia por desempenho de atividades relacionadas ao cumprimento deste instrumento;

5.5. É facultado à **TNC** a prospeção de financiadores como forma de arcar com seus custos no âmbito desse **ACORDO**.

5.6. Eventuais bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados para cumprimento das ações previstas neste **ACORDO** prosseguirão sob a titularidade da instituição detentora.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

6.1. O presente Acordo vigorará pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua publicação de seu extrato no Diário Oficial do Estado, podendo ser prorrogado, por comum acordo entre as **PARTES**, observados o artigo 42, VI, da [Lei Federal nº. 13.019/2014](#) e o artigo 32 do [Decreto Estadual nº. 1.835/2017](#).

CLÁUSULA SÉTIMA – DO GERENCIAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1. As **PARTES** designarão e a **SEMAS** publicará, em ato específico, um titular e um suplente como responsáveis para acompanhar a execução do presente **ACORDO**, em observância aos artigos 60 e 61 da [Lei Federal nº. 13.019/2014](#) e aos moldes do estabelecido nos artigos 50 e 51 do [Decreto Estadual nº. 1.835/2017](#).

CLÁUSULA OITAVA – DO MONITORAMENTO DA QUALIDADE E DA AVALIAÇÃO

8.1. A **SEMAS** promoverá o monitoramento da qualidade e a avaliação, ambos de caráter

preventivo e saneador, para o cumprimento do objeto da parceria, conforme os artigos 58 e 59 da Lei Federal nº. 13.019/2014 e artigos 52, 53 e 54 do Decreto Estadual nº. 1.835/2017.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO, DA RESILIÇÃO, DA DENÚNCIA E DA TRANSFERÊNCIA

9.1. As **PARTES** dispõem da prerrogativa de rescindir unilateralmente o presente **ACORDO**, sendo-lhes imputadas as responsabilidades e obrigações do prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período.

9.2. O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo, desde que de comum acordo entre as **PARTES**, em caso de inadimplência de quaisquer Cláusulas ou condições, em caso de superveniência de norma legal que o torne impraticável, ou ainda denunciado, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ou em prazo conforme a legislação vigente à época do interesse de rescisão/denúncia;

9.3. Na hipótese de rescisão unilateral, ficam assegurados o prosseguimento e a conclusão dos trabalhos em curso, salvo decisão contrária acordada entre as **PARTES**.

9.4. Cabe à administração pública assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, nos termos do inciso XII art. 42 da Lei n.º 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO SIGILO E DA CONFIDENCIALIDADE

10.1. É **VEDADO** às **PARTES**, sob as penas da Lei, prestar informações a terceiros sobre a natureza ou o andamento de ações ou projetos classificados pela outra **PARTE** como sigilosos ou confidenciais, bem como divulgar, através de qualquer meio de comunicação, dados e informes relativos aos serviços executados, à tecnologia adotada e à documentação técnica envolvida, salvo por expressa autorização por escrito emanada pela **SEMAS**.

10.2. Quando autorizada a liberação de informações confidenciais, a **PARTE** que as transmitir não terá direito a qualquer tipo de titularidade sobre estas, em resultado da revelação a outrem.

10.3. As **PARTES** devem proteger todas as informações confidenciais que sejam geradas ou fornecidas ao abrigo do presente **ACORDO**, a contar da assinatura deste instrumento e pelo período de 05 (cinco) anos após o término de sua vigência, e, se gerados bens passíveis de proteção conforme cláusula de propriedade, o sigilo será de até 20 (vinte) anos a contar da assinatura do instrumento específico, nos termos previstos no art. 40 da [Lei Federal nº. 9.279/1996](#).

10.4. Nenhuma das **PARTES** poderá divulgar informações classificadas como

confidenciais sem autorização prévia, salvo aos empregados pertencentes ao quadro de funcionários, contratantes ou subcontratantes, devendo a divulgação ser estritamente limitada às partes envolvidas no **ACORDO** e/ou ao pessoal autorizado de entidades governamentais associadas ao **ACORDO**.

10.5. Tal divulgação estará sujeita à autorização, por escrito, da **PARTE** detentora da informação confidencial, e não deverá em nenhum caso exceder o estritamente necessário para a execução das tarefas, deveres ou contratos relacionados com a informação divulgada.

10.6. Os destinatários da informação confidencial comprometer-se-ão por escrito em manter o caráter confidencial desta, devendo a **PARTE** reveladora da informação acompanhar o cumprimento de tal obrigação.

10.7. Uma **PARTE** comunicará imediatamente à outra, caso seja ou possa vir a ser incapaz de assegurar as obrigações de não-divulgação de quaisquer informações confidenciais. Neste contexto, as **PARTES** procederão a consultas mútuas para determinar as medidas a serem adotadas em tal caso.

10.8. As **PARTES** devem zelar pela proteção do sigilo dos dados atentando para as restrições previstas no art. 25 e 26, ambos da Lei n.º 13.709/18 e termos do Manual de aplicação da LGPD na Administração Pública elaborado pela PGE/PA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÕES, TRATAMENTO DE DADOS, DIREITOS AUTORAIS, PROPRIEDADE INTELECTUAL E RESULTADOS

11.1. Durante a vigência do presente **ACORDO**, as **PARTES** poderão, mediante solicitação prévia, seguida de avaliação interna e decisão superior, ter acesso a materiais, dados, programas, estratégias, sistemas ou outras informações constantes de seus bancos de dados, necessárias para o cumprimento do **ACORDO**.;

11.2. As **PARTES** poderão produzir documentos, relatórios, estudos e mapas, assim como produtos específicos, denominados "obras", usando informações dos bancos de dados criados ou produzidos através dos seus esforços individuais ou coletivos com base neste **ACORDO**.

11.3. Salvo se as **PARTES** pactuarem formalmente de modo distinto, os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual sobre quaisquer dessas obras pertencerão à **PARTE** que as elaborar. Se as obras forem elaboradas conjuntamente, os direitos autorais e outros direitos de propriedade intelectual pertencerão a ambas as **PARTES**.

11.4. Nenhuma das **PARTES** publicará ou distribuirá os resultados das obras elaboradas conjuntamente sem o consentimento prévio da outra, nem sem reconhecer na publicação a

sua participação. As **PARTES** expressam desde já sua autorização para que façam uso das obras sempre para benefício público, fins de conservação ambiental e fins acadêmicos, servindo a presente como consentimento de cada uma das **PARTES** para tal fim.

11.5. Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste **ACORDO** e da divulgação de qualquer resultado ou produto relacionado ao presente instrumento, deverão sempre constar as logomarcas e/ou os nomes e/ou as siglas das **PARTES**, a saber: **SEMAS** e **TNC**. Para tanto, em cada caso, cada uma das **PARTES** deverá solicitar por escrito a autorização da outra para uso do seu nome e/ou logomarca.

11.6. Os nomes e logotipos das **PARTES** equivalem-se a marcas registradas e, como tais, não podem ser utilizadas para nenhum propósito sem a prévia autorização de seus proprietários.

11.7. As **PARTES** serão as únicas e exclusivas proprietárias dos resultados técnicos e de todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica que eventualmente decorra do presente **ACORDO**, sejam passíveis ou não de proteção legal através do Direito de Propriedade Intelectual.

11.8. Em se tratando de resultado protegido pelo direito autoral, ficam garantidos às **PARTES** os direitos conexos, respeitada a nomeação do autor.

11.9. O tratamento de dados pessoais está embasado no artigo 7º, III da Lei n.º 13.709/18 ("Lei Geral de Proteção de Dados" ou "LGPD"), que diz que a Administração Pública poderá realizar o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos, no caso a Política de atuação integrada de Territórios Sustentáveis, instituída pelo Decreto nº 344 de 10 de outubro de 2019.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE E DA PUBLICAÇÃO

12.1. A letra deste **ACORDO** é de natureza pública nos termos da legislação vigente, convencionando as **PARTES** sua ampla publicidade e divulgação, especialmente para cumprimento do constitucional [Princípio da Publicidade](#) dos Atos Administrativos, da [Lei de Acesso à Informação](#) e de plataforma eletrônica de transparência, conforme [Decreto Estadual nº. 1.835/2017](#), artigos 52 e 55.

12.2. A publicação resumida deste **ACORDO**, no Diário Oficial do Estado, ficará sob a responsabilidade da **SEMAS**, no **prazo de 10 (dez) dias corridos** contados a partir de sua assinatura, nos termos do parágrafo 5º do artigo 28 da Constituição do Estado do Pará.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS COMUNICAÇÕES

13.1. As comunicações entre as **PARTES** poderão ser realizadas por correio eletrônico (e-mail) e serão consideradas válidas, desde que comprovadamente recebidas.

13.2. As notificações entre os signatários relacionadas a este **ACORDO** deverão ser feitas por escrito ou carta registrada, não sendo consideradas como recebidas aquelas destinadas para outros endereços que não os a seguir mencionados:

	Endereço oficial:
SEMAS	Travessa Lomas Valentinas, nº. 2.717, Edifício Itacaiúnas, 4º andar, Marco, Belém – PA. CEP 66.093-677.
TNC	SCN Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco B, Sala 1201, Brasília – DF. CEP 70714-900.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACESSO AO CONHECIMENTO TRADICIONAL

14.1. Caso a consecução deste **ACORDO** e seus documentos aditivos porventura em algum momento envolvam o acesso a conhecimentos tradicionais, este deverá ocorrer mediante anuência prévia junto às comunidades locais ou indígenas, por instituição nacional interessada em acessar conhecimento tradicional, seguindo as diretrizes emanadas das resoluções do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético – CGEN, para o caso a que se aplicar e ao qual se realizar programa, pesquisa ou projeto, em conformidade com a [Convenção 169](#) da Organização Internacional do Trabalho, nos termos da Legislação Brasileira, especialmente [Decreto Federal nº. 8.772/2016](#), [Medida Provisória nº. 2.186-16/2001](#), a [Resolução CGEN- MMA nº. 34/2009](#), [Resolução INPI nº. 207/2009](#) e as Convenções Internacionais das quais o Brasil seja signatário.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA AUSÊNCIA DE ASSOCIAÇÃO NO ÂMBITO CIVIL

15.1. As **PARTES** concordam que não há formalização de nenhum contrato de sociedade, associação no âmbito civil, *joint-venture*, empresa conjunta ou outro acordo comercial, nem há intenção em formalizar uma empresa comercial.

15.2. Nenhuma das **PARTES** tratará os termos deste **ACORDO** como uma associação legal ou tomará nenhuma ação direcionada a tal intenção.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Este **ACORDO**, bem como os seus anexos, poderão ser alterados a consenso das **PARTES** durante sua vigência, mediante **TERMO ADITIVO**, devidamente justificado, desde

que tal interesse reste manifesto previamente por escrito.

16.2. Este **ACORDO** tem como **VEDADA** a alteração da Cláusula “Objeto”.

16.3. Resta determinado que compromissos ou acordos verbais não obrigam as **PARTES** a cumprimento, sendo considerados inexistentes para os fins deste **ACORDO**.

16.4. Considerar-se-ão válidas, para fins de cumprimento deste **ACORDO**, as comunicações expedidas a partir correio eletrônico de agentes públicos e/ou de pesquisadores e colaboradores vinculados às **PARTES**, desde que correlacionadas ao Objeto do **ACORDO** e às ações e metas estipuladas no respectivo Plano de Trabalho.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SOLUÇÃO DE CONFLITOS

17.1. Na eventualidade de ocorrerem controvérsias entre as **PARTES**, com respeito à interpretação e/ou cumprimento do presente **ACORDO**, as **PARTES** concordam, preliminarmente, em solucioná-las administrativamente.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA CONDUTA ANTICORRUPÇÃO

18.1. As **PARTES** não praticarão quaisquer atos não explicitamente autorizados por este **ACORDO**, devendo cumpri-lo integral, irrestrita e ininterruptamente ao olhar da [Lei Federal nº. 12.846/2013](#), do [Decreto Estadual nº. 2.289/2018](#), bem como das demais normas que resguardem os limites de atuação e a moralidade da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. O não-exercício de quaisquer dos direitos ou prerrogativas previstas neste **ACORDO** ou na legislação aplicável será tido como ato de mera liberalidade, não constituindo alteração ou novação das obrigações aqui previstas, cujo cumprimento poderá ser exigido a qualquer tempo, independente de comunicação prévia.

20.2. As **PARTES** observarão todas as leis e regulamentos aplicáveis durante a realização das atividades executadas em razão do presente **ACORDO** e manterão válidas todas as licenças, autorizações e certidões necessárias ao cumprimento das obrigações aqui assumidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

21.1. Os casos omissos e as dúvidas porventura surgidas, em decorrência da operacionalização do presente **ACORDO** serão resolvidos mediante acordo entre as **PARTES**.

21.2. Eventual invalidade de qualquer Cláusula ou dispositivo do presente **ACORDO**,

causada por fato superveniente alheio à ingerência das **PARTES**, não prejudicará a validade das demais disposições ora avançadas.

21.3. Ficam as **PARTES** desobrigadas do cumprimento de objetivos, ações e metas ou ressarcimento de prejuízos decorrentes de caso comprovadamente fortuito ou de força maior.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

22.1. As dúvidas, controvérsias e litígios que possam decorrer da execução do previsto no presente **ACORDO** e seu(s) Anexo(s) e que não tenham sido dirimidos administrativamente, assim o serão na Justiça Estadual do Pará, foro da Comarca de Belém, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem justas e acordadas, as **PARTES** firmam o presente **ACORDO**, em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que também o subscrevem.

Belém, ____ de outubro de 2022.

JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA

**Secretário de Estado de Meio Ambiente e
Sustentabilidade do Pará – SEMAS Pará**

RODRIGO SPURI

**Diretor de Conservação – TNC
Brasil**

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

ANEXO I

PLANO DE TRABALHO ACORDO DE COOPERAÇÃO n.º 008/2022 - SEMAS E TNC

1) DADOS GERAIS:

Órgão / Entidade Proponente: INSTITUTO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL <i>THE NATURE CONSERVANCY</i> DO BRASIL - TNC			CNPJ: 00.104.175/0001-49	
Endereço: ST Setor Comercial Norte, Quadra 04, Bloco B, Sala 1201, Brasília/DF				
Cidade: Brasília	UF: DF	CEP: 70714-900	DDD / Telefone: +55 61 3533-6400	
Nome do Responsável: RODRIGO SPURI			Cargo: Diretor de Conservação	
Órgão/Entidade Concedente: SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE - SEMAS			CNPJ: 34.921.783/0001-68	
Endereço: Travessa Lomas Valentinas, nº. 2.717, Marco.				
Cidade: Belém	UF: PA	CEP: 66.093-677	DDD / Telefone: (91) 3184-3398	
Nome do Responsável: JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA			Cargo: Secretário de Estado	

2) DESCRIÇÃO DA COOPERAÇÃO:

<p>ACORDO DE COOPERAÇÃO que entre si celebram a SEMAS e a TNC, com o intuito de regular a relação de mútua cooperação técnica visando o desenvolvimento da PLATAFORMA TERRITÓRIOS SUSTENTÁVEIS (Plataforma TS), portal eletrônico https://plataformats.org/, para apoiar a execução do disposto no Decreto nº 344 de 10 de outubro de 2019 que regula a Política de atuação integrada de Territórios Sustentáveis, bem como a obtenção e integração de dados ambientais, fundiários, de uso do solo e de produção para o desenvolvimento de ferramentas de inteligência territorial que ajudem a direcionar a atuação de órgãos públicos, empresas privadas e organizações do terceiro setor.</p>	Período de Execução:	
	Outubro de 2022	Outubro de 2024
<p>Identificação do objeto:</p> <p>Promoção de ações colaborativas visando o desenvolvimento, ativação e aprimoramento da Plataforma Territórios Sustentáveis, tanto no que tange às suas instâncias de governança público-privada quanto ao seu portal eletrônico. O Anexo II do presente ACORDO visa especialmente regulamentar quais dados serão objeto de tratamento, como serão tratados e com que finalidade, garantindo o compliance com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.</p>		

3) JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

A **The Nature Conservancy (TNC)** é uma organização global de conservação ambiental dedicada à proteção das terras e águas das quais toda a vida depende. Guiada pela ciência, a **TNC** cria soluções locais inovadoras para os principais desafios do mundo, de forma que a natureza e as pessoas possam prosperar juntas. Trabalhando em 76 países, a organização utiliza uma abordagem colaborativa, que envolve comunidades locais, governos, setor privado e a sociedade civil. No Brasil, onde atua há mais de 30 anos, o trabalho da **TNC** concentra-se em solucionar os complexos desafios de conservação da Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica a partir de uma abordagem sistêmica, com foco na implementação e geração de impacto, para mitigar as mudanças climáticas e a perda da biodiversidade.

Nos últimos anos, a parceria estratégica entre a **TNC** e a **SEMAS** contribuiu para a elaboração da Política Estadual sobre Mudanças Climáticas (PEMC) e de outras ferramentas de gestão ambiental ligadas ao Plano Estadual Amazônia Agora (PEAA). O presente **ACORDO** de Cooperação visa dar continuidade a essa colaboração exitosa com um Plano de Trabalho centrado no desenvolvimento da Plataforma Territórios Sustentáveis, iniciativa público-privada que complementa a Política de atuação integrada de Territórios Sustentáveis. A Plataforma Territórios Sustentáveis é um espaço de conexão e integração entre atores dos setores público, privado e terceiro setor para dar escala e efetividade às iniciativas de desenvolvimento socioeconômico de baixo carbono no Estado do Pará.

Com a sua vasta experiência liderando e mediando processos de construção entre atores de diferentes setores no Estado do Pará, a **TNC** se apresenta como parceira ideal para orquestrar o desenvolvimento inicial da Plataforma Territórios Sustentáveis e atuar como sua primeira Secretária Executiva, papel que será exercido depois por outras organizações privadas ou do terceiro setor que integrem o ecossistema da Plataforma TS.

4) FASES DO TRABALHO CONJUNTO

- Adesão das quatro primeiras organizações parceiras à Plataforma TS (TNC, IPAM, Solidaridad e CIRAD);
- Compartilhamento de indicadores das três organizações através do preenchimento de um formulário digital;
- Elaboração do regulamento da Plataforma TS;
- Desenvolvimento do website;
- Desenvolvimento do bot para automatizar a coleta dos dados secundários que compõem o Observatório dos Territórios Sustentáveis;
- Assembleia de Constituição do Conselho de Administração da Plataforma TS, com eleição do Presidente do Conselho e ratificação da escolha da TNC como Secretária Executiva;
- Preparação dos materiais de comunicação para o lançamento da Plataforma TS;
- Evento de lançamento da Plataforma TS em junho de 2022;
- Adesão de outras iniciativas do terceiro setor e setor privado, por exemplo: Imaflora, Icrat, Natura, Belterra Agroflorestas etc.;
- Integração com SICAR/PA;
- Integração com AgroTag;
- Desenvolvimento e integração com outras ferramentas e módulos de inteligência territorial;
- Visitas técnicas e workshops em parceria com as iniciativas visando auxiliá-las no convencimento de seus beneficiários a aderirem à Política de atuação integrada de Territórios Sustentáveis;
- Desenvolvimento do aplicativo mobile da Plataforma TS;
- Transferência da base de dados da Plataforma TS, sob a responsabilidade da TNC, para a SEMAS;
- Nova eleição dos membros do Conselho de Administração, de seu Presidente e da próxima instituição que exercerá o cargo de Secretária Executiva.

5) RECURSOS A SEREM EMPREGADOS:

O Acordo não contempla repasse financeiro entre os partícipes, devendo cada uma, de acordo com as atribuições previstas, prover os recursos financeiros necessários à realização de suas respectivas atividades.

6) PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS:

O Acordo não contempla repasse financeiro entre os partícipes, devendo cada uma, de acordo com as atribuições previstas, prover os recursos financeiros necessários à realização de suas respectivas atividades.

7) PARÂMETROS UTILISADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

Para todas as metas descritas abaixo na Matriz lógico-operacional de atividades, o parâmetro a ser utilizado para aferir o seu cumprimento é a entrega do produto/resultado esperado dentro do cronograma estipulado.

8) MATRIZ LÓGICO-OPERACIONAL DE ATIVIDADES**Plataforma Territórios Sustentáveis**

Meta	Ação	Descrição sucinta da Ação	Produto/Resultado Esperado	Responsável/Ponto Focal	Cronograma
Ativar a parceria com ao menos 3 iniciativas para o lançamento da Plataforma	Reuniões com iniciativas	Reuniões para apresentar a Plataforma, o Termo de Adesão e o formulário com indicadores que deve ser preenchido trimestralmente	Iniciativas assinam o Termo de Adesão	Teresa Rossi/TNC	Mês 1
	Compartilhamento de dados	Trocas com as iniciativas para explicar e implementar sugestões no formulário com indicadores	Iniciativas preenchem o formulário com indicadores	Teresa Rossi/TNC	Mês 1
Desenvolver website da Plataforma com bot para coletar os dados do Observatório dos Territórios Sustentáveis	Desenvolver website com indicadores preenchidos pelas iniciativas, espaço para as iniciativas fazerem seu log-in e Observatório dos Territórios Sustentáveis	Reuniões com desenvolvedor para alinhar requerimentos, aprovação do mock-up das telas, testes de funcionamento do bot e aprimoramento da organização das informações no website	Website da Plataforma pronto	Teresa Rossi/TNC	Mês 1
Realizar a Assembleia de Constituição do Conselho	Elaborar regulamento e outros documentos que embasam a governança público-privada	Redigir primeira versão do regulamento e uma folha de termos para discussão com a SEMAS	Regulamento da Plataforma pronto	Teresa Rossi/TNC	Mês 1
	Convidar membros do Conselho de Administração e outros parceiros estratégicos para a Assembleia	Definir composição do Conselho de Administração, outros parceiros que serão convidados e fazer convites.	Parceiros, apoiadores e órgãos governamentais estratégicos convocados para a Assembleia	Teresa Rossi/TNC e Emanuel Lucas Lima/SEMAS	Mês 1

de Administração da Plataforma	Redigir ata da Assembleia assinada por todos os membros do Conselho de Administração presentes	Conduzir a reunião de forma a conseguir a aprovação formal do regulamento da Plataforma pelo Conselho, a eleição do Presidente e a ratificação da Secretaria Executiva	Ata assinada atestando a ratificação formal das decisões estratégicas tomadas	Teresa Rossi/TNC	Mês 1
Realizar o evento de lançamento da Plataforma	Preparar materiais de comunicação	Preparar folheto, PPT e cards para divulgação nas redes	Folheto, PPT e cards prontos	Teresa Rossi/TNC	Mês 2
	Organizar evento de lançamento	Definir lista de convidados, formato e local do evento	Evento de lançamento realizado com êxito	Teresa Rossi/TNC e Emanuel Lucas Lima/SEMAS	Mês 2
Integrar o SICAR/PA e o AgroTag à Plataforma	Integrar a base de dados do SICAR/PA e da Plataforma AgroTag à Plataforma Territórios Sustentáveis	Reuniões com a equipe da SEMAS para desenvolver APIs e outras formas de compartilhar dados do SICAR/PA e do Agrotag com a Plataforma Territórios Sustentáveis	SICAR/PA e AgroTag integrados à Plataforma Territórios Sustentáveis	Teresa Rossi/TNC e Emanuel Lucas Lima/SEMAS	Mês 5
Desenvolver e integrar uma ferramenta de inteligência territorial à Plataforma	Desenvolver Módulo de Inteligência Territorial com ferramentas que aprimorem processos de gestão territorial e orientem prioridades de investimentos públicos e privados	Reuniões com órgãos estatais para levantar requisitos e com o desenvolvedor para alinhar coleta de dados, cruzamentos e saídas que representem uma entrega de valor efetiva para os atores públicos e privados engajados	Módulo de Inteligência Territorial pronto e integrado à Plataforma TS	Giovanni Mallmann/TNC e Teresa Rossi/TNC	Mês 7

Engajar novos parceiros, provedores e apoiadores no ecossistema da Plataforma	Engajamento contínuo de novos parceiros, provedores e apoiadores na Plataforma TS	Reuniões com empresas privadas e organizações do terceiro setor para apresentar a Plataforma, assinar novos termos de adesão, coletar dados dos parceiros e efetivar a provisão de novos aceleradores	Entrada de novas instituições na Plataforma, seja como parceiros, provedores ou apoiadores	Teresa Rossi/TNC	Meses 2 a 24
Desenvolver o aplicativo mobile da Plataforma	Desenvolver um aplicativo que permita o cadastro de propriedades em campo e gere relatórios para diversos perfis de usuários	Reuniões com o desenvolvedor para levantar requisitos, condução de testes e criação de APIs entre o aplicativo mobile e o website da Plataforma	Aplicativo mobile desenvolvido	Teresa Rossi/TNC	Mês 18
Renovar a composição do Conselho de Administração da Plataforma TS	Realizar nova eleição do Conselho da Plataforma	Organizar a reunião da Assembleia, conduzir a eleição dos novos membros do Conselho e transferir funções para a organização que passará a ocupar a Secretaria Executiva	Novo Conselho eleito e empossado	Teresa Rossi/TNC	Mês 21
Transferir a base de dados para o Governo do Estado	Migrar a base de dados da TNC para a PRODEPA	Reuniões com o time de TI do Estado para alinhar a migração da base de dados e transferência dos dados	Base de dados da Plataforma TS sediada na PRODEPA	Teresa Rossi/TNC	Mês 24

Belém, ____ de outubro de 2022.

JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA
 Secretário de Estado de Meio Ambiente e
 Sustentabilidade do Pará – SEMAS Pará

RODRIGO SPURI
 Diretor de Conservação – TNC
 Brasil

ANEXO II

TERMO DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Projeto: Plataforma Territórios Sustentáveis (Plataforma TS)

1. Informações Gerais sobre a Plataforma TS

1.1. A Plataforma TS é uma iniciativa da **SEMAS** que visa a conexão e integração entre atores dos setores público, privado e sociedade civil para dar escala e efetividade às iniciativas de desenvolvimento socioeconômico de baixo carbono no estado do Pará.

1.2. Pelo período de 2 (dois) anos a contar da Assembleia de Constituição do Conselho de Administração da Plataforma TS, a **TNC** atuará como Secretária Executiva da Plataforma TS e será, na qualidade de Operadora dos dados, responsável pelos Dados Pessoais armazenados na Plataforma TS durante o período ora mencionado.

1.3. Sendo assim, com o objetivo de estabelecer as regras para o Tratamento de Dados Pessoais no âmbito da Plataforma TS, dados estes coletados no momento da inscrição e adesão do produtor rural à Política de atuação integrada de Territórios Sustentáveis, bem como através do AgroTag em visitas técnicas e dos parceiros da Plataforma TS, a **SEMAS** e a **TNC** firmam o presente Termo de Tratamento de Dados Pessoais, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

2. Definições

2.1. Para fins de interpretação do presente Anexo II, os termos abaixo definidos, em letras maiúsculas ou minúsculas, no singular ou no plural, terão os seguintes significados:

“**Colaboradores**” significa os funcionários, agentes, consultores, diretores, representantes, prepostos ou terceiros contratados de qualquer uma das **PARTES**;

“**Controlador**” significa a pessoa, natural ou jurídica, a quem compete as principais decisões referentes ao Tratamento dos Dados Pessoais. No âmbito do presente Anexo e do Acordo de Cooperação firmado entre a **SEMAS** e a **TNC**, a **SEMAS** será a Controladora dos Dados Pessoais tratados através da Plataforma TS;

“**Dado Anonimizado**” significa o dado relativo a Titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu Tratamento;

“**Dado Pessoal**” significa quaisquer informações relacionadas a pessoa natural identificada ou identificável;

“Dado Pessoal Sensível” significa Dado Pessoal de origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;

“Incidente de Segurança” significa (i) qualquer acesso, aquisição, uso, modificação, divulgação, perda, destruição ou dano real ou provável, por acesso não autorizado, ou qualquer outro Tratamento não autorizado dos Dados Pessoais tratados através da Plataforma TS; (ii) qualquer incidente que crie um risco substancial para a confidencialidade, integridade ou disponibilidade dos Dados Pessoais tratados através da Plataforma TS; ou (iii) qualquer outro incidente que requeira notificação às autoridades competentes e/ou aos Titulares afetados, de acordo com a legislação aplicável;

“Leis de Proteção de Dados” significa todas as leis, regulamentos, decretos ou diretrizes relacionados à proteção, privacidade, confidencialidade e segurança de Dados Pessoais, incluindo, mas não se limitando a, Lei 13.709/2018 (**“Lei Geral de Proteção de Dados”** ou **“LGPD”**);

“Operador” significa a pessoa, natural ou jurídica, que realiza o Tratamento dos Dados Pessoais em nome do Controlador. No âmbito do presente Anexo e do Acordo de Cooperação firmado entre a **SEMAS** e a **TNC**, a **TNC** será a Operadora dos Dados Pessoais tratados através da Plataforma TS;

“Titular” significa pessoa natural a quem se referem os Dados Pessoais que são objeto de Tratamento;

“Transferência Internacional de Dados” significa a transferência de Dados Pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro;

“Tratamento” significa toda operação realizada com Dados Pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

2.2. Os demais termos iniciados em letras maiúsculas no presente instrumento, que não estejam definidos na cláusula 2.1 acima, terão os significados a eles atribuídos pela Lei nº 13.709/2018 (**“LGPD”**).

3. Dados Pessoais objeto de Tratamento

3.1. Em consonância com as fases do Edital nº 01/2022 emitido pela **SEMAS** e publicado no Diário Oficial em 21 de março de 2022 (Chamada Pública para adesão à Política de atuação integrada de Territórios Sustentáveis), no âmbito da Plataforma TS, os seguintes Dados Pessoais poderão ser objeto de Tratamento:

- a) Nome completo;
- b) Apelido;
- c) Gênero
- d) Número do RG;
- e) Número do CPF;
- f) Número do Cadastro Ambiental Rural (CAR);
- g) Endereço do imóvel rural;
- h) Endereço do imóvel residencial;
- i) Número de telefone;
- j) E-mail.

3.2. Os Dados Pessoais dos bancos de dados do AgroTag e do SICAR também poderão ser objeto de Tratamento, por meio de APIs, para fins de execução da Política de atuação integrada de Territórios Sustentáveis no âmbito da Plataforma TS, sendo que, quando da integração das informações constantes nas bases de dados da Plataforma TS, do AgroTag e do SICAR, poderá haver o Tratamento de Dados Pessoais considerados Sensíveis (tais como aqueles relacionados à origem racial ou étnica).

4. Tratamento de Dados Pessoais

4.2. Tanto a **SEMAS**, quanto a **TNC**, deverão manter os Dados Pessoais em formato interoperável e estruturado, com vistas à execução de políticas públicas, à prestação de serviços públicos e à descentralização da atividade pública.

4.3. Os Dados Pessoais tratados em razão da adesão do Titular à Política de atuação integrada de Territórios Sustentáveis poderão ser utilizados única e exclusivamente para se atingir as finalidades determinadas no Decreto nº 344 de 10 de outubro de 2019, na Lei 9.048 de 29 de abril de 2020 e no Edital nº 01/2022 emitido pela **SEMAS** e publicado no Diário Oficial em 21 de março de 2022, sendo vedado o seu uso comercial, por qualquer das **PARTES**.

4.4. A **SEMAS** deverá observar, quando do Uso Compartilhado de Dados, o disposto no artigo 26, §§ 1º e 2º e artigo 27 da LGPD.

4.5. A **TNC** deverá manter a base de dados da Plataforma TS em servidor seguro e compartilhá-la apenas com as partes indicadas pela **SEMAS**, garantindo, via de regra, o compartilhamento de Dados Anonimizados.

4.5.1. Os Dados Pessoais completos só poderão ser compartilhados com os órgãos do Governo do Estado responsáveis pela execução da Política de atuação integrada de Territórios Sustentáveis e com as organizações e empresas classificadas como “provedoras” da Plataforma

TS, que precisam ter acesso aos dados para viabilizar o direcionamento de benefícios, conforme expressamente disposto no regulamento da Plataforma TS, observado, ainda, os objetivos específicos e as instituições executoras indicadas no Edital nº 01/2022 emitido pela **SEMAS** e publicado no Diário Oficial em 21 de março de 2022.

4.6. A **TNC** deverá, mediante solicitação e nos termos das instruções específicas repassadas pela **SEMAS**, realizar a correção, eliminação, devolução, anonimização e/ou bloqueio dos Dados Pessoais.

4.7. As **PARTES** se comprometem a restringir o acesso aos Dados Pessoais tratados em razão da utilização da Plataforma TS aos seus respectivos Colaboradores que tenham a efetiva necessidade de acessá-los para o cumprimento do Acordo de Cooperação firmado entre as **PARTES** e no limite necessário ao Tratamento, garantindo que tais Colaboradores cumpram a legislação de privacidade e proteção de dados, bem como as condições estabelecidas no presente Anexo, garantindo, ainda, eles respeitem e mantenham a confidencialidade e a segurança dos Dados Pessoais objeto de Tratamento.

4.8. As **PARTES** obrigam-se a realizar o Tratamento dos Dados Pessoais no âmbito da Plataforma TS em estrita conformidade com as Leis de Proteção de Dados aplicáveis, em particular, a Lei nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais” ou “LGPD”).

5. Segurança da Informação

5.1. A **TNC**, no âmbito de sua atuação como Secretária Executiva e de Operadora dos dados da Plataforma TS, deverá manter um programa de segurança da informação que contenha salvaguardas administrativas, técnicas e físicas, adequadas à natureza dos dados tratados e que seja projetado para garantir a segurança, integridade, disponibilidade e confidencialidade dos Dados Pessoais objeto de Tratamento.

6. Transferência Internacional

6.1. A **TNC** apenas poderá transferir os Dados Pessoais objeto de Tratamento para países estrangeiros quando a **SEMAS** autorizar previamente referida Transferência Internacional de Dados e desde esta seja feita por meio de salvaguardas apropriadas e de acordo com as disposições do Capítulo V da LGPD.

7. Treinamentos

7.1 As **PARTES** garantem que exercerão a supervisão necessária quanto aos seus Colaboradores a fim de manter a privacidade, confidencialidade e segurança dos Dados Pessoais tratados através da Plataforma TS, fornecendo treinamentos adequados para que os seus

respectivos Colaboradores tenham ciência dos requisitos de privacidade e de segurança da informação exigidos pelas Leis de Proteção de Dados aplicáveis.

8. Requisições de Titulares e Demandas de Autoridades

8.1. Se a **TNC** receber quaisquer solicitações dos Titulares em relação aos Dados Pessoais tratados através da Plataforma TS, bem como qualquer pedido de divulgação, alteração, exclusão ou realização de qualquer Tratamento nos Dados Pessoais, por qualquer autoridade competente, deverá notificar a **SEMAS**, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. A **SEMAS** poderá requerer, à **TNC**, informações adicionais e demais providências que entender necessárias para que possa atender à requisição do Titular e/ou da autoridade competente.

8.2. A **TNC** se compromete a não responder qualquer solicitação, a menos que expressamente autorizada pela **SEMAS**, bem como se compromete a cooperar com a **SEMAS** quanto a qualquer ação a ser tomada em relação à referida solicitação, incluindo a implementação de processos apropriados (medidas técnicas e administrativas).

9. Incidentes de Segurança

9.1. A **TNC** deverá notificar a **SEMAS**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, acerca de qualquer Incidente de Segurança do qual venha a tomar conhecimento que envolva os Dados Pessoais tratados através da Plataforma TS.

9.2. Caso haja um Incidente de Segurança que envolva os Dados Pessoais tratados através da Plataforma TS, a **TNC** concorda, desde já, em:

- a) Realizar uma investigação completa;
- b) Tomar todas as medidas necessárias e aconselháveis para eliminar ou conter a exposição dos Dados Pessoais tratados através da Plataforma TS; e
- c) Preservar as evidências e manter a **SEMAS** informada sobre o *status* e a causa do Incidente de Segurança e todos os demais assuntos relacionados.

10. Assistência

10.1. A **TNC** se compromete a fornecer a assistência necessária à **SEMAS** para permitir o cumprimento de suas obrigações sob as Leis de Proteção de Dados aplicáveis, bem como para responder a qualquer investigação, conduzida por qualquer autoridade competente, referente ao Tratamento dos Dados Pessoais realizado através da Plataforma TS.

11. Devolução dos Dados Pessoais

11.1. De acordo com o estabelecido no Acordo de Cooperação firmado entre as **PARTES**, a **TNC**

se compromete a, findo o prazo de 2 (dois) anos a contar da Assembleia de Constituição do Conselho de Administração da Plataforma TS, transferir toda a base de dados da Plataforma TS à **SEMAS**, no formato e meio por ela determinados.

Belém, ____ de outubro de 2022.

JOSÉ MAURO DE LIMA O' DE ALMEIDA

**Secretário de Estado de Meio Ambiente e
Sustentabilidade do Pará – SEMAS Pará**

RODRIGO SPURI

**Diretor de Conservação – TNC
Brasil**